

**A TEORIA CRÍTICA REQUER
UM PROGRAMA DE FUNDAMENTAÇÃO?
(OITENTA ANOS DE
“TEORIA TRADICIONAL E TEORIA CRÍTICA”)**

**[DOES CRITICAL THEORY REQUIRE
A PROGRAMME OF JUSTIFICATION?
(EIGHTY YEARS OF
“TRADITIONAL AND CRITICAL THEORY”)]**

José Ivan Rodrigues de Sousa Filho

Doutorando na Universidade Federal de Santa Catarina
Bolsista CAPES

DOI: <http://dx.doi.org/10.21680/1983-2109.2018v25n47ID12758>

Natal, v. 25, n. 47
Maio-Ago. 2018, p. 59-85

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: Fabian Freyenhagen, muito recentemente, propôs a tese de que a Teoria Crítica estaria condenada a deixar de fundamentar seus critérios de julgamento da sociedade. Para ele, Horkheimer teria, em seu famoso ensaio “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, publicado há oitenta anos, fundado uma ortodoxia teórico-crítica impermeável a programas de fundamentação. Neste artigo, trata-se de contrapor à tese de Freyenhagen uma interpretação diferente de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, uma que não exclui, de antemão e definitivamente, a necessidade teórico-crítica de fundamentação. Além disso, trata-se de delinear três razões pelas quais a Teoria Crítica pode vir a requerer que seus critérios sejam fundamentados.

Palavras-chave: Teoria crítica; Teoria tradicional; Programa de fundamentação; Freyenhagen; Horkheimer.

Abstract: Fabian Freyenhagen, in a very recent essay, sustains the thesis that Critical Theory would be condemned to refrain from justifying its criteria of judgement of society. According to him, Horkheimer, in his famous essay “Traditional and Critical Theory”, published eighty years ago, would have established a critical-theoretical orthodoxy impermeable to any programme of justification. In this paper, I object to Freyenhagen’s thesis by articulating a different interpretation of “Traditional and Critical Theory”, one that does not exclude the critical-theoretical need for justification. Furthermore, I outline three reasons why Critical Theory might require justification.

Keywords: Critical theory; Traditional theory; Programme of justification; Freyenhagen; Horkheimer.

No ensaio “O Que É Teoria Crítica Ortodoxa?” (2017), Fabian Freyenhagen ergueu a tese de que a Teoria Crítica não só *pode* ser levada a cabo *sem* um programa de fundamentação (dos critérios da crítica), mas também *não pode* ser levada a cabo *com* um programa de fundamentação. Ele preconizou que a Teoria Crítica, primeiro, não carece de fundamentar os parâmetros pelos quais julga a sociedade e, segundo, encontra-se constrangida a abster-se de tal fundamentação. A fim de sustentar essa tese, ele apela a Horkheimer, cujo ensaio canônico “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” (1937) teria estabelecido uma ortodoxia teórico-crítica caracterizada por dispensar e negar programas de fundamentação.

Neste artigo, trata-se de contestar a *tese antifundamentação de Freyenhagen* mediante a impugnação de sua leitura de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. Com isso, objetiva-se sublinhar que Freyenhagen fere o espírito de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” ao limitar a Teoria Crítica a não fundamentar. Objetiva-se, sobretudo, sublinhar que “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” inclui a necessidade de que a Teoria Crítica busque, na sociedade presentemente vigente, fundamentos para os critérios norteadores do julgamento de tal sociedade. Por último, são delineadas três razões (não independentes dos contextos sociais e históricos) para a Teoria Crítica adotar um programa de fundamentação.

1. O programa teórico-crítico de Freyenhagen

Ao levantar a pergunta “O que é Teoria Crítica ortodoxa?”, Freyenhagen pretende perguntar pela *quintessência* da Teoria Crítica. Segundo Freyenhagen, a Teoria Crítica seria ortodoxa em triplo sentido: primeiro, ela é *crítica*; segundo, ela não pode perder a robusta orientação que lhe foi outorgada pela *primeira geração da Escola de Frankfurt*, especialmente pela obra de Horkheimer da

década de 1930¹; terceiro, a ela pertence certa crença estrita, a saber, a orientação pelo interesse na emancipação.

O primeiro sentido da ortodoxia da Teoria Crítica ortodoxa não está desvinculado do segundo. Antes, Freyenhagen pretende explicitar a criticidade da Teoria Crítica de acordo com o Horkheimer dos anos 1930. Com isso, ele objetiva opor-se diametralmente àquela tese sobre a criticidade da Teoria Crítica que seria dominante na segunda, na terceira e na quarta geração de teóricos críticos, a saber, a tese de que “a Teoria Crítica só pode ser crítica quando ela dispõe de um programa de fundamentação: pois, só quando os critérios da crítica pudessem ser identificados como geralmente compartilháveis, a teoria estaria justificada a contar com eles”. Para Freyenhagen, porém, “a Teoria Crítica, para ser crítica, não está obrigada a conter um programa de fundamentação – mais ainda, somente sem um programa de fundamentação, a Teoria Crítica pode ser suficientemente crítica” (Freyenhagen, 2017, p. 457).

¹ Nobre (2013, p. 38) caracteriza o modelo crítico do Horkheimer dos anos 1930 como: (a) “*materialismo interdisciplinar*, em que pesquisadores que trabalham em diferentes áreas do conhecimento têm como horizonte comum a teoria de Marx”; (b) atribuindo “à economia política uma posição central no arranjo disciplinar”; (c) incorporando a psicanálise freudiana “como um complemento essencial à teoria de Marx”. Além disso, para Nobre (2013, p. 39-41), o Horkheimer dos anos 1930 adota um diagnóstico do tempo no qual: (d) o capitalismo tinha se tornado monopolista-estatal; (e) “tinha ocorrido uma importante diferenciação social no interior do proletariado”, o qual já não era uma classe economicamente homogênea e politicamente coesa; (f) com o fascismo, houve “um extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, da propaganda e da indústria do entretenimento, o que aumentou em muito a possibilidade de controle [psicossocial] pelos poderes estabelecidos”. Esse diagnóstico apontaria para um bloqueio da prática emancipatória e, ao mesmo tempo, para a necessidade do pensamento crítico. Vandenberghe (2009, p. 167), no entanto, divide o Horkheimer dos anos 1930 em duas fases, uma indo de 1930 a 1936, a outra indo de 1937 a 1941: a publicação de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” teria representado “o movimento de um Marxismo interdisciplinar, pós-metafísico, para um Marxismo filosófico radicalizado”.

É, sobretudo, contra Habermas, Honneth e Forst que Freyenhagen brande sua tese antifundamentação acerca da criticidade da Teoria Crítica; e, para isso, ele apela a Horkheimer, em especial àquele seu ensaio, de oitenta anos atrás, que se estabeleceu, desde cedo, como emblema de toda a Teoria Crítica: o ensaio “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. Freyenhagen ressalta, no texto de Horkheimer, os seguintes esclarecimentos, os quais deporiam em favor da liberação da Teoria Crítica do ônus de fundamentar seus próprios critérios:

(1) A Teoria Crítica não pode apropriar-se irrefletidamente dos critérios já socialmente vigentes;

[...] de outro modo, a crítica permaneceria aprisionada dentro da moldura da sociedade existente, cujos estados ruins a crítica, porém, desafiou. Meramente assumir critérios socialmente reconhecidos mostra-se problemático especialmente quando os estados ruins existentes necessariamente estão conectados com a ordem social. (Freyenhagen, 2017, p. 458)

(2) A Teoria Crítica concebe sujeito cognoscente e objeto cognoscível como social e historicamente pré-formados, de modo que a própria Teoria Crítica é dependente de sua situação histórica;

(3) Ante o impasse de não poder valer-se irrefletidamente dos critérios já socialmente reconhecidos, mas também não poder valer-se de critérios supra-históricos², a Teoria Crítica encontra-se em um beco sem saída no qual ela, contudo, pode sustentar-se.

² “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” contém uma formulação lapidar desse impasse: “A Teoria Crítica nem está ‘arraigada’ como a propaganda totalitária, nem tem a ‘livre flutuação’ da inteligência liberal” (Horkheimer, 2003, p. 254).

O que, portanto, é decisivo na argumentação de Freyenhagen em favor de sua tese antifundamentação é a passagem dos esclarecimentos (1) e (2) para o esclarecimento (3). É que, enquanto Habermas, Honneth e Forst permanecem em acordo com (1) e (2), eles rejeitam (3). Além disso, enquanto (1) e (2) são claros em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, é questionável se “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” realmente contém uma defesa ou, pelo menos, uma sugestão forte de (3) como a posição peremptoriamente característica da Teoria Crítica. Para sustentar que Horkheimer passa de (1) e (2) a (3), Freyenhagen aduz os seguintes passos intermediários:

(I) A Teoria Crítica parte da *necessidade do presente*, isto é, das “experiências negativas dos seres humanos ao longo de diferentes eixos (não só da injustiça)” (Freyenhagen, 2017, p. 460);

(II) A Teoria Crítica é participante na luta pela eliminação da necessidade do presente, não se arrogando uma inexistente neutralidade política da teoria;

(III) Na Teoria Crítica, “trata-se de investigar criticamente um mundo partidariado, guiando-se por um interesse na emancipação do ser humano de relações escravizadoras” (Freyenhagen, 2017, p. 461), sem, no entanto, elevar-se a um idealismo normativista que flutua sobre a sociedade presente;

(IV) A Teoria Crítica não pode adotar um programa de fundamentação de seus próprios critérios porque todo programa de fundamentação pressupõe um inexistente ponto de vista neutro.

Os passos I, II e III realmente correspondem à letra e ao espírito de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. Além disso, esses passos são observados por Habermas, Honneth e Forst. O passo IV, porém, parece frágil porque, primeiro, não parece contido claramente no ensaio de Horkheimer e porque, segundo, não se coa-

duna com os programas de fundamentação de Habermas, Honneth e Forst – quer dizer, Habermas, Honneth e Forst adotam programas de fundamentação, mas não parecem, com isso, render-se a um ponto de vista alegado como politicamente neutro.

Além desses passos intermediários, Freyenhagen acrescenta outros dois:

(V) Para a Teoria Crítica, guiada pelo interesse na emancipação, “pelo menos determinados juízos de valor [tais como a reprovação de Auschwitz e a rejeição do fascismo] não necessitam do trabalho mental do intelectual (não necessitam da teoria) – acerca de muitos males, o ensinamento acadêmico é desnecessário e até fora de lugar” (Freyenhagen, 2017, p. 462);

(VI) “A Teoria Crítica, que parte da necessidade do presente e é guiada por interesses, não tem a tarefa, segundo Horkheimer e Adorno, de fundamentar os males como tais e deduzir discursivamente o interesse na emancipação” (Freyenhagen, 2017, p. 462).

Se o passo V encontra ressonância no ensaio de Horkheimer e também em Habermas, Honneth e Forst, o passo VI parece não condizer com “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” e, ademais, parece não captar adequadamente as teorias daqueles três sucessores de Horkheimer.

Então, há três argumentos assumidos por Freyenhagen que são problemáticos, a saber: o argumento de que a Teoria Crítica pode e deve manter-se *sem fundamentar seus critérios de qualquer modo*; o argumento de que fundamentação *implica* assumir um inexistente ponto de vista politicamente neutro; e o argumento de que a Teoria Crítica não deve fundamentar *os estados ruins*. Aqui importa, sobretudo, salientar que o Horkheimer dos anos 1930 não parece estar em sintonia com tais argumentos de Freyenhagen, embora seja evocado por Freyenhagen, especialmente via “Teoria Tradi-

cional e Teoria Crítica”, como um defensor original daqueles três argumentos.

Em primeiro lugar, Horkheimer, em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, não parece excluir totalmente a possibilidade de a Teoria Crítica adotar um programa de fundamentação: o que ele parece excluir totalmente é só que a Teoria Crítica recorra a uma fundamentação que se encaixe no modelo de fundamentação da Teoria Tradicional. Esse ponto será desenvolvido na seção 2.

Em segundo lugar, Horkheimer não endossa explicitamente o argumento de que fundamentar os critérios empregados pela Teoria Crítica corresponderia a buscar uma falsa neutralidade política. Esse argumento, aliás, longe de ser autoevidente, parece polêmico e carente de explicação: Em que consistiria a suposta relação entre fundamentar critérios da crítica social e pretender neutralidade política? Não se trata, é certo, de uma relação imediata, mas de uma relação que só pode estabelecer-se com mediações que devem ser pronunciadas, analisadas e criticadas. Além disso, tendo em conta que “a estratégia básica de Horkheimer é aproveitar aspectos do idealismo racionalista e especialmente o idealismo alemão de Kant a Hegel, com o propósito de libertar o materialismo de suas tendências reducionistas” (Rush, 2008, p. 37)³, não parece óbvio (em vez disso, parece estranho) que Horkheimer associasse, de modo direto, a fundamentação de critérios ao anseio por neutralidade política. Como herdeiro de um *marxismo hegeliano moderado kantianamente* (em oposição a um *marxismo científico*)⁴, parece estranho que Hork-

³ Horkheimer (2002, p. 244-245) o confirma: “Na medida em que relaciona a matéria – isto é, os fatos aparentemente irreduzíveis que o especialista científico deve respeitar – à produção humana, a Teoria Crítica da sociedade concorda com o idealismo alemão”. Além disso, a Teoria Crítica retém “do idealismo a convicção de que os seres humanos têm outras possibilidades além de perder-se no *status quo* ou acumular poder e lucro” (Horkheimer, 2002, p. 248).

⁴ Sobre isso, Rush (2008, p. 49-52). Em breves palavras: o Horkheimer dos anos 1930 opõe-se a certo marxismo que encontrava eco no positivismo lógico

heimer condenasse toda fundamentação de critérios como imbuída da atitude política da Teoria Tradicional.

Em terceiro lugar, Horkheimer parece avesso ao argumento de que os estados ruins não devem ser fundamentados. É que Horkheimer insiste em um conceito de sociedade como uma totalidade não orgânica, mas dilacerada e complexa, e, além disso, insiste em um conceito de ideologia como uma autocompensação espiritual de uma realidade social rachada e fracassada. Esses dois conceitos, no entanto, instauram uma necessidade de esclarecimento (ou autoconhecimento) que, por sua vez, pode requerer a fundamentação dos estados ruins. Esse ponto será retomado na seção 3.

No lugar de um programa de fundamentação, Freyenhagen propõe *estratégias de visibilização*: “Muitos dos males serão facilmente visíveis, mas, especialmente quanto à pré-formação [social e histórica] dos órgãos perceptivos e dos objetos percebidos, é necessário contribuir, através da teoria, para a experienciabilidade e a visibilidade dos estados ruins mais complexos – decifrá-los para nós”. Estratégias de visibilização devem incumbir-se até de desmascarar teorias tradicionais conservadoras e mesmo ideológicas: “Um importante aspecto disso é a luta contra aquelas formações teóricas que [...] ocultam ou encobrem a visibilidade dos estados ruins sociais”. Exemplos de tais estratégias seriam: “estratégias da autorreflexão, do distanciamento (entre outros, através de estudos genealógicos) e até da autoironia, de inclusão de e referência a vozes que foram e são excluídas – como, por exemplo, nos trabalhos de Nancy Fraser, Amy Allen e outras”. O cerne da visibilização como estratégia teórico-crítica seria “tornar desconfortáveis a sociedade *e si próprio* – também isso pertence à quintessência da Teoria Crítica” (Freyenhagen, 2017, p. 464-465).

do Círculo de Viena e cuja característica era um materialismo reducionista que resumia tudo a fatos supostamente objetivos. Nessa oposição, ele recorre a Hegel e Kant para mostrar a impregnação normativa do conhecimento da realidade social e da própria realidade social.

A questão que aqui se poderia opor a Freyenhagen é: A Teoria Crítica realmente deve excluir totalmente a possibilidade de que a fundamentação de estados ruins fizesse parte da própria visibilização deles? Não poderia ocorrer que os estados ruins se mostrassem tão entranhados na estruturação e no funcionamento da sociedade vigente que, para torná-los visíveis, fosse necessário explicitar por que tais estados ruins realmente são males e realmente devem ser subvertidos? Não poderia ocorrer que os estados ruins se mostrassem tão envoltos em fundamentações ideológicas, inclusive com o nome de teorias, que fosse necessário tornar explícito que tais estados ruins realmente não são naturais e inevitáveis, mas realmente são males social e historicamente engendrados e elimináveis? Acima de tudo: Não contradiz a própria Teoria Crítica como teoria autoesclarecida a respeito de seu condicionamento social e histórico que, de antemão e definitivamente, ela exclua a possibilidade de que se mostre social e historicamente necessário fundamentar os estados ruins como estados ruins?

Por fim, Freyenhagen propõe que a Teoria Crítica se incumba de explicitar patologias sociais (na esteira de Honneth), mas também propõe que a Teoria Crítica o faça sem um programa de fundamentação e mediante um duplo pluralismo (diferentemente da postura monista de Honneth). Em primeiro lugar, a Teoria Crítica deve ser plural porque “nem todos os fenômenos se deixam compreender e criticar adequadamente [somente] através, por exemplo, do prisma do agir comunicativo ou do reconhecimento”. O primeiro pluralismo proposto por Freyenhagen é, portanto, um pluralismo normativo – ou um pluralismo de critérios normativos. Em segundo lugar,

[...] o pluralismo deveria ser trazido à luz do dia também em um segundo eixo, isto é, no tocante à conceptualização das patologias sociais – muitos fenômenos podem ser melhor descritos quando a sociedade ou um de seus sistemas parciais centrais é visto como “doente” [...]; outros

fenômenos podem ser melhor descritos quando a sociedade é vista como fazendo os indivíduos doentes (Freyenhagen, 2017, p. 467).

No final das contas, para Freyenhagen, Teoria Crítica ortodoxa é “ater-se [ao interesse na emancipação] como única instância da Teoria Crítica; é o empreendimento, orientado por esse interesse, de contribuir, através do trabalho conceitual, da autorreflexão e da referência crítica às ciências sociais e humanas, para a luta contra a miséria, a injustiça e a não liberdade” (Freyenhagen, 2017, p. 468).

2. Horkheimer, fundamentação socialmente imanente e temporalidade da fundamentação

Como Freyenhagen alega que o Horkheimer dos anos 1930, especialmente em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, teria vedado à Teoria Crítica a adoção de programas de fundamentação, é necessário examinar se essa alegação é sustentável. Aqui se defende, com apoio em uma interpretação de seu ensaio octogenário, que Horkheimer não estabeleceu tal vedação e que não poderia tê-lo feito nos termos de seu próprio ensaio.

Em Horkheimer, a Teoria Tradicional caracteriza-se por conter uma fundamentação de suas proposições sobre fatos:

Na investigação corrente, teoria equivale a um conjunto de proposições sobre um campo de objetos, e essas proposições estão de tal modo relacionadas umas com as outras que, de algumas delas, podem deduzir-se as restantes. Quanto menor o número dos princípios primeiros em comparação com as consequências, tanto mais perfeita a teoria. (Horkheimer, 2003, p. 223)

A fundamentação teórico-tradicional, portanto, é *dedutiva*, pois parte de proposições gerais e abstratas para chegar até proposições particulares e concretas através da observação metodicamente preparada. Além disso, a fundamentação teórico-tradicional é *revisável*: “Se aparecem contradições entre experiência e teoria, deverá revisar-se uma ou outra. Ou se há observado mal, ou há

algo que não funciona nos princípios. Por isso, em relação com os fatos, a teoria é sempre uma hipótese. Deve-se estar disposto a modificá-la se surgem dificuldades quando se verifica o material”. Por último, a fundamentação teórico-tradicional é *cumulativa*, pois, se os princípios se mantêm, as conclusões sobre fatos observados se avolumam ao redor deles: “Teoria é a acumulação do saber de forma tal que o saber se torne útil para caracterizar os fatos da maneira mais acabada possível” (Horkheimer, 2003, p. 223).

No entanto, Horkheimer sublinha que a fundamentação teórico-tradicional (dedutível, revisável e cumulativa) é empregada não só para o mundo objetivo, mas também para o mundo social e o mundo subjetivo, como se fosse possível obter premissas tão gerais e abstratas que abarcassem tudo: “O mesmo aparato conceitual criado para a determinação da natureza inerte serve para classificar a natureza viva”. Desse modo, a fundamentação teórico-tradicional é também *totalizante*, pois nela se pressupõe que tudo é dedutível de alguns princípios a serem fixados de algum modo: “A dedução, tal como se a usa nas matemáticas, seria aplicável à totalidade das ciências. A ordem do mundo abre-se a uma conexão dedutiva de pensamentos” (Horkheimer, 2003, p. 224). Sendo totalizante, a fundamentação teórico-tradicional tende a converter-se em “uma construção matemática” (Horkheimer, 2003, p. 225). É que só a generalidade e a abstração de números são adequadas a uma teorização única de tudo.

A matematização da Teoria Tradicional, por sua vez, conduz a uma cisão entre o puramente conceitual e o puramente empírico: “Sempre se encontram, por um lado, o saber formulado conceitualmente e, por outro, uma situação objetiva que deve ser incluída naquele; e esse ato de subsumir, de estabelecer a relação entre a simples percepção ou comprovação do fato e a estrutura conceitual de nosso saber, é sua explicação teórica” (Horkheimer, 2003, p. 227). A Teoria Tradicional, logo, adota uma fundamentação que perde de vista a efetividade empírica do conceitual e o carregamento conceitual do empírico, o que, porém, implica que o

saber teórico-tradicional se fetichiza, abstraindo-se de sua ancoragem social: “Mas, à medida que o conceito de teoria é independentizado, como se fosse possível fundamentá-lo a partir da essência íntima do conhecimento, por exemplo, ou de alguma outra maneira a-histórica, transforma-se em uma categoria coisificada, ideológica” (Horkheimer, 2003, p. 228-229). Assim, a fundamentação teórico-tradicional, por ser *matematizada*, mostra-se *reificada* e pode servir como *ideologia*.

É, sobretudo, a tendência da fundamentação empreendida pela Teoria Tradicional de desconectar-se dos processos sociais e históricos nos quais o próprio teorizar está imerso para dar-se um ar puramente lógico que Horkheimer critica em seu ensaio canônico. É o falso alheamento da fundamentação teórico-tradicional em relação à sociedade e à história que ele rejeita. Ele enfatiza, antes, que “a orientação e as metas da investigação”, “a influência do material sobre a teoria”, a modificação de teses vigentes, a observação tecnicamente mediada do material e “a aplicação da teoria ao material” “não se podem explicar nem entender a partir da investigação mesma”, não são meramente imanentes à ciência, mas são também extracientíficas: “O cientista e sua ciência estão sujeitos ao aparato social; suas realizações são um momento da autoconservação, da constante reprodução do estabelecido” (Horkheimer, 2003, p. 230). Em última análise, Horkheimer denuncia que, aqui e agora, a Teoria Tradicional, com sua fundamentação pretensamente matemática, eclipsa que sua própria lógica é a lógica do mercado capitalista e que seu desenvolvimento incessante e as direções fulcrais desse desenvolvimento são requeridos pelo desenvolvimento capitalista. A suposta independência do cientista seria somente “a liberdade aparente dos sujeitos econômicos dentro da sociedade burguesa” (Horkheimer, 2003, p. 231).

E é primeiramente em contraposição à matematização da Teoria Tradicional, a qual se torna, com isso, tão fantasmagórica (ou sensivelmente suprassensível) quanto as mercadorias capitalistas,

que Horkheimer distingue a Teoria Crítica da Tradicional: “O autoconhecimento do homem no presente não consiste, no entanto, na ciência matemática da natureza, a qual aparece como logos eterno, mas na Teoria Crítica da sociedade estabelecida, a qual é presidida pelo interesse de instaurar um estado de coisas racional” (Horkheimer, 2003, p. 232). Em vez de um saber superficialmente isolado das relações sociais e históricas, a Teoria Crítica é um saber que se reacopla explicitamente com o espaço social e o tempo histórico a fim de mostrar a produção social e a mutabilidade histórica da facticidade do mundo.

Horkheimer, então, preconiza que, do ponto de vista epistemológico, a Teoria Crítica leva a sério que tanto os objetos percebidos quanto os órgãos perceptivos são, além de naturalmente constituídos, socialmente pré-formados e historicamente delimitados. Assim, o conhecimento não é puramente lógico, ou seja, completamente desentranhado da sociedade e da história, mas está necessariamente inserido e desempenha uma função na reprodução (material e simbólica) da sociedade. Horkheimer, entretanto, observa que a constituição social e histórica do conhecimento tem remanescido opaca, impenetrável, o que, de sua parte, torna a sociedade, tal como estabelecida em determinado tempo, também opaca, impenetrável: “A existência da sociedade ou tem repousado em uma repressão direta, ou é a resultante cega de forças antagônicas, mas, em nenhum caso, tem sido o fruto da espontaneidade consciente dos indivíduos livres”. Mas a fundamentação teórico-tradicional, tendencialmente matemática, não toma devidamente em conta que a matematização (a recusa de problematizar sua inserção e sua função sociais e históricas, assim como a pré- formação social e a delimitação histórica dos objetos submetidos à teorização) significa não só que a própria Teoria Tradicional se torna teoricamente deficiente, mas também que a própria Teoria Tradicional ajuda a reproduzir o *status quo*. A isso se opõe a Teoria Crítica, a qual leva a sério que, sob a égide da “economia burguesa, a atividade da sociedade é cega e concreta, a

atividade do indivíduo é abstrata e consciente” (Horkheimer, 2003, p. 234). A Teoria Crítica, portanto, deve articular-se para que, de um lado, a *atividade concreta da sociedade* se apresente à consciência dos indivíduos e se torne irracional perante ela e para que, de outro lado, a *atividade consciente dos indivíduos* atinja e transforme a concretude racionalmente errada da sociedade.

Apesar de toda a precaução de Horkheimer contra a fundamentação teórico-tradicional, ele não parece excluir – defende-se aqui – que a Teoria Crítica fundamente suas proposições particulares e concretas e mesmo suas assunções basilares (ou que a Teoria Crítica adote um programa de fundamentação, nas palavras de Freyenhagen). O que Horkheimer, sem embargo, exclui claramente é que a Teoria Crítica empregue o mesmo modelo de fundamentação que, segundo ele, é característico da Teoria Tradicional. É contra um modelo específico de fundamentação que Horkheimer se volta, a saber, o modelo de uma dedução que pretenda fixar alguns princípios que seriam válidos para tudo indistintamente e, dessa forma, se obrigue a matematizar os conceitos fundamentais, ou seja, a hipostasiá-los e obscurecer seus nexos com a sociedade dada. Não é contra toda fundamentação que Horkheimer se volta, muito menos contra a própria possibilidade da fundamentação. Antes, ele parece deixar aberta para a Teoria Crítica – defende-se aqui – a possibilidade de uma *fundamentação socialmente imanente e temporalmente adequada e reformulável*⁵. Uma fundamentação que seja orientada a, primeiro, partir de dentro da própria sociedade sem se reduzir a uma

⁵ Para caracterizar as fundamentações abertas à Teoria Crítica, procede-se aqui da mesma forma que Horkheimer em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, ou seja, palmilha-se o caminho de uma “autodefinição *ex negativo*”. Enquanto o ensaio de Horkheimer evidencia, “de maneira especialmente intensa, o modo como a primeira Teoria Crítica foi formada ao diferenciar-se das abordagens rivais” (Rush, 2008, p. 31-32), o que está em jogo aqui é evidenciar como o mesmo ensaio permite que a Teoria Crítica empregue fundamentações que não se reduzam ao modelo de fundamentação típico da Teoria Tradicional.

reprodução de segunda ordem dela e, segundo, tomar em devida conta o que a sociedade é em determinado tempo sem congelá-la ou petrificá-la como imutável ou historicamente desenvolvida até um ponto definitivo, não ultrapassável ou insuscetível à subversão, é uma fundamentação que Horkheimer não parece, de modo algum, vedar à Teoria Crítica.

É necessário manter claro que as fundamentações teóricas que Horkheimer rejeita são aquelas que deixam intactas e ajudam a perpetuar a opacidade e a irracionalidade da sociedade dada na medida em que (tais fundamentações) se aferram a um inexistente limbo de conceitos puros. Na sociedade submetida ao modo de produção capitalista, isso significa que a Teoria Tradicional, de acordo com Horkheimer, não se desincumbe da tarefa propriamente teórica de trazer à consciência dos indivíduos o caráter racionalmente cego e inaceitável do capitalismo: “A economia burguesa, por sagazes que sejam os indivíduos que entram em concorrência, não está submetida a um plano, sequer orientada conscientemente a uma meta geral; a vida do todo se desenvolve a partir dela às custas de enormes fricções, desgastada e, de certo modo, como que por azar” (Horkheimer, 2003, p. 237). Além disso, a Teoria Tradicional não se desincumbe da tarefa propriamente teórica de trazer à consciência dos indivíduos o caráter historicamente arbitrário e modificável do capitalismo:

A ação conjunta dos seres humanos na sociedade é a forma de existência de sua razão; nela, empregam suas forças e afirmam seu ser. Mas, ao mesmo tempo, esse processo e seus resultados lhes são estranhos; aparecem-lhes, com todo seu inútil sacrifício de força de trabalho e vidas humanas, seus estados de guerra e sua absurda miséria, como uma força natural imutável, como um destino supra-humano. (Horkheimer, 2003, p. 237).

Ante o fracasso da Teoria Tradicional em explicitar a irracionalidade e a temporalidade da sociedade capitalista, fracasso que é decorrente de seu modelo de fundamentação, a Teoria Crítica não

deveria abandonar todo esforço de fundamentação, mas, antes, poderia – é o que se defende aqui – adotar só fundamentações que não reconduzisse a tal fracasso. Ao mesmo tempo, as fundamentações abertas à Teoria Crítica deveriam provir de dentro da sociedade capitalista e tornar patentes as possibilidades objetivas, ínsitas a essa sociedade, de sua superação histórica⁶. Além disso, as fundamentações abertas à Teoria Crítica – e aqui se vai além da letra, mas não do espírito do ensaio de Horkheimer – deveriam ser tentadas sempre que a sociedade capitalista parecesse tornar-se totalmente irracional e/ou empedernida em uma dominação sistemática e até quase inelutável. É que, então, tornar-se-ia necessário esclarecer como e por que os pontos de partida da crítica, malgrado imanentes à sociedade dada, não se confundiriam com os (ou não se reduziriam aos) falsos critérios de melhoramento, felicidade ou progresso de tal sociedade: “o reconhecimento crítico das categorias que dominam a vida da sociedade contém também a condenação delas” (Horkheimer, 1993, p. 241).

Horkheimer parece recomendar à Teoria Crítica ainda outra exigência metateórica que tem importância para seu possível recurso a fundamentações. Segundo ele, em sua época (mas também atualmente), “o desenvolvimento está determinado muito mais pelos antagonismos nacionais e internacionais de grupelhos de dirigentes, situados nos postos de comando da economia e do

⁶ Em 1932, Horkheimer já destacava a tarefa teórico-crítica de explicitar a mutabilidade da sociedade dada: “Correspondia ao método orientado ao ser, mas não ao vir a ser, considerar a forma da sociedade vigente como um mecanismo de repetidas ocorrências iguais que, mesmo que pudesse sofrer perturbações temporárias durante um período mais curto ou mais longo, exigiria, única e exclusivamente, o comportamento científico de uma eventual explicação de uma máquina complicada. Mas a realidade social [...] contém uma estrutura cuja compreensão requer a imagem teórica de decorrências radicalmente transformadoras e revolucionadoras de todas as condições culturais, estrutura que não pode ser, de modo algum, dominada pelo procedimento das ciências naturais mais antigas, orientado ao registro de ocorrências repetidas” (Horkheimer, 2012a, p. 9).

estado, que pelas pessoas comuns, as quais, em sua mútua concorrência, estão destinadas a melhorar o aparato de produção e os próprios produtos” (Horkheimer, 2003, p. 238). Se for acertado esse diagnóstico de que problemas sociais decisivos são administrados por grupelhos econômicos e estatais transnacionais (tanto nacionais quanto internacionais)⁷, então a Teoria Crítica deverá responder a esse diagnóstico com pontos de vista normativos (ou interpretações de potenciais emancipatórios imanentes à sociedade dada) que sejam aptos a transformar a constelação econômico-política transnacionalmente vigente. Entretanto, pontos de vista normativos que sejam transnacionalmente efetivos, vinculantes e subversivos parecem exigir uma robusta fundamentação de sua existência, sua aceitabilidade universal e sua fecundidade. Assim, uma Teoria Crítica preocupada com problemas sociais transnacionais parece requerer, por força da complexidade autocontraditória da própria realidade transnacional, uma fundamentação de seus critérios normativos.

Mas aqui interessa somente sublinhar que Horkheimer não exclui a possibilidade de fundamentação dos critérios da crítica, desde que essa fundamentação seja socialmente imanente e temporalmente adequada e reformulável. Em primeiro lugar, uma fundamentação teórico-crítica deve ser socialmente imanente porque a própria Teoria Crítica está situada na sociedade que é submetida à teorização crítica e não pode desarvorar-se dela e refugiar-se em um espaço puramente lógico, não contraditório (como se tal espaço existisse e fosse acessível). A própria Teoria Crítica é um comportamento social crítico:

⁷ Em 1933, Horkheimer já apresentava esse mesmo diagnóstico: “a luta pelo mercado mundial entre poucos grupos influentes se converte no tema principal da época, de tal maneira que, doravante, em vez da concordância entre as existências individuais [sob o capitalismo liberal], aparecem como categorias histórico-filosóficas centrais conceitos como trágico, heroísmo e destino” (Horkheimer, 2012b, p. 33).

[...] há um comportamento humano que tem por objeto a sociedade mesma. Ele não está dirigido apenas a sanar inconvenientes, os quais, para ele, dependem, antes, da construção da sociedade em seu conjunto. Embora se origine na estrutura social, ele não está empenhado, nem por sua intenção consciente, nem por seu significado objetivo, em que uma coisa qualquer funcione melhor nessa estrutura. (Horkheimer, 2003, p. 239-240)

Em última análise, a Teoria Crítica é um comportamento social que critica o estado alienado, estranhado, não apropriado, naturalizado, da sociedade presente em relação aos indivíduos que a produzem, mas nela estão sob grilhões; e é um comportamento social que se dirige contra as conformações capitalistas da fratura entre a sociedade irracional e a vontade racionalmente formada dos indivíduos: “este mundo não é deles, mas do capital” (Horkheimer, 2003, p. 240). Portanto, a Teoria Crítica é, em seu cerne, uma tentativa social de humanizar a sociedade hostil à humanidade: “Se o atuar conforme a razão é próprio do homem, a práxis social dada, a qual forma a existência até em seus detalhes, é inumana” (Horkheimer, 2003, p. 242).

Não só a própria Teoria Crítica é um comportamento social específico, mas também seus critérios são socialmente imanentes, estando embutidos constitutivamente na sociedade criticada:

Os pontos de vista que [a Teoria Crítica] extrai da análise histórica como fins da atividade humana, especialmente a ideia de uma organização social racional de acordo com a generalidade, são imanentes ao trabalho humano, sem que os indivíduos ou a consciência pública os tenham presentes em sua verdadeira forma (Horkheimer, 2003, p. 245).

Se, porém, a Teoria Crítica extrai seus critérios da própria sociedade criticada, mas tais critérios não são autoevidentes, unívocos e pacíficos para os destinatários da Teoria Crítica, então ela deve encarregar-se de fundamentar aqueles critérios quando quer que eles se mostrem fugidios, ambíguos e controversos dentro da sociedade criticada. Na sociedade de hoje, aliás, a própria ideia

de racionalidade (ou de uma sociedade racionalmente organizada), a qual Horkheimer menciona, é uma ideia que não só é dificilmente articulável, apresenta sentidos/usos diferentes e dificilmente conciliáveis uns com os outros e desperta disputas teóricas altamente abstratas; além disso, ela é uma ideia que é colocada sob suspeita e até negada. O próprio Horkheimer, dez anos depois, dando suas mãos a Adorno em *Dialética do Esclarecimento*, vai da *crítica racional* à *crítica da razão*⁸. Assim, na própria Teoria Crítica, a ideia de razão veio a tornar-se problematizada, de modo que, caso a Teoria Crítica pretenda manter-se como crítica racional da sociedade e não se render ao irracionalismo, ela não pode deixar de fundamentar a relação entre sua articulação conceitual da ideia de racionalidade e o interesse na emancipação. Disso decorre que, para a Teoria Crítica, passa a colocar-se a pergunta de se os critérios normativos aos quais ela recorre são verdadeiramente emancipatórios ou são, ao contrário, novas máscaras da dominação. Omitindo a resposta a essa pergunta, a Teoria Crítica não poderia chegar a ser “o aspecto

⁸ Já no Prefácio dessa obra, a crítica da razão mostra-se *quase total*. A “infatigável autodestruição do esclarecimento” é pungente. Ela opera na *ciência* e na *filosofia*: de um lado, o que é problemático “é não só a atividade, mas o sentido da ciência”; de outro, a “filosofia, a qual, no séc. XVIII, apesar das fogueiras levantadas para livros e pessoas, infundia um medo mortal na infâmia, já passava, sob Bonaparte, para o lado da infâmia”. Ela também opera no *cinema*, na *literatura*, na *educação* e na *opinião pública*, a qual “atingiu um estado no qual o pensamento inevitavelmente se converte em mercadoria”. Em especial, ela opera na *economia*: “O aumento da produtividade econômica, que, por um lado, produz as condições para um mundo mais justo, confere, por outro, ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. O indivíduo se vê completamente anulado em face dos poderes econômicos”. Em suma: “A tendência, não só ideal, mas também prática, à autodestruição caracteriza a racionalidade desde o início” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 11-16). Como se sabe, Habermas (2016 e 1993) criticou *Dialética do Esclarecimento* detalhadamente. Sobre as raízes, em Horkheimer, do conceito de razão criticado em *Dialética do Esclarecimento*, ver Petry (2013).

intelectual do processo histórico da emancipação” (Horkheimer, 2003, p. 247).

Em segundo lugar, a “exposição [da Teoria Crítica] consiste na construção do presente histórico”; e a clarificação da sociedade presente pela Teoria Crítica é “não só um processo lógico, mas também um processo histórico concreto. Em seu decurso, transformam-se tanto a estrutura social em sua totalidade como a relação do teórico com a sociedade, isto é, transformam-se o sujeito e o papel do pensamento” (Horkheimer, 2003, p. 243). Assim, as fundamentações abertas à Teoria Crítica não podem apelar a um fundamento supra-histórico, mas só a fundamentos que sejam historicamente precários, isto é, constitutivamente sujeitos à dinâmica histórica de uma sociedade autocontraditória, produzida pelos indivíduos e, porém, autonomizada em relação a eles. Em especial, a Teoria Crítica, aqui e agora, não pode deixar de dar conta da contradição social especificamente capitalista: “de um lado, concentra-se um poder fabuloso, mas, de outro, uma completa impotência material e intelectual”. Noutras palavras, a produtividade e a abundância da economia capitalista têm como sua contrapartida necessária crises, exploração, injustiças, coisificação do trabalho e alienação do viver: “Os homens, com seu próprio trabalho, renovam uma realidade que crescentemente os escraviza” (Horkheimer, 2003, p. 245). As fundamentações às quais a Teoria Crítica pode recorrer aqui e agora devem, pois, conter fundamentos aptos a explicitar a contradição especificamente capitalista e as formas renovadas que ela adquire historicamente.

3. Por que a Teoria Crítica requer um programa de fundamentação

Acima se defendeu que Horkheimer, em “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” não exclui a possibilidade de a Teoria Crítica adotar um programa de fundamentação, desde que ele seja socialmente imanente e historicamente adequado e reformulável. Agora se passa a esboçar um esclarecimento, para além da letra daquele

ensaio, mas em conformidade com seu espírito, de por que a Teoria Crítica requer um programa de fundamentação.

A Teoria Crítica requer um programa de fundamentação porque:

(1) A Teoria Crítica necessita fundamentar seu próprio estatuto teórico, ou seja, articular uma resposta às perguntas complexas “Por que é necessário fazer Teoria Crítica aqui e agora? É possível fazer Teoria Crítica aqui e agora? Como a Teoria Crítica se distingue da (e se interconecta com a) Teoria Tradicional aqui e agora? Como a Teoria Crítica deve interpelar seus destinatários aqui e agora?”;

(2) A Teoria Crítica pode ver-se necessitada de esclarecer bloqueios sistemáticos da emancipação, isto é, esclarecer como a dominação emergiu, instaurou-se e desenvolveu-se e, além disso, esclarecer como a dominação é difundida culturalmente, incubada institucionalmente e/ou internalizada pessoalmente aqui e agora;

(3) A Teoria Crítica pode ver-se necessitada de desenredar-se de (e desnaturalizar e desmascarar) ideologias vigentes, deslindando os ideais emancipatórios de suas distorções reprodutoras da dominação estabelecida, sem jogar fora o bebê junto com a água suja, isto é, retendo os ideais emancipatórios (que podem ser diversos) e as interpretações deles que não sejam insidiosas, concretamente autocontraditórias.

Sobre (1). O próprio ensaio de Horkheimer é uma realização da necessidade de autoasseguração teórica da Teoria Crítica. E o mesmo se pode dizer com relação ao ensaio de Freyenhagen. A Teoria Crítica parece condenada a ser interpelada por perguntas sobre seu próprio estatuto teórico, o qual, como Horkheimer e Freyenhagen igualmente frisam, parece controverso e digno de desconfiança dentro de constelações sociais e históricas nas quais o fazer teórico

preponderante entroniza a exigência de uma suposta neutralidade política do teorizar.

Sobre (2). A insistência de Horkheimer, há oitenta anos atrás, no todo da sociedade como o sujeito/objeto da Teoria Crítica subentende um ônus de fundamentação dos critérios teórico-críticos que tem pesado sobre os herdeiros da Escola de Frankfurt até hoje. Se o todo da sociedade é, por um lado, *o que possibilita e propulsiona o próprio fazer teórico-crítico* e, por outro, *o que é pensado e criticado pelo pensamento crítico*, então é necessário que o todo da sociedade já contenha e preencha as condições do exercício da crítica em algum grau; e é necessário que o todo da sociedade seja, em alguma medida, intersubjetivamente cognoscível, avaliável e transformável. Para que a crítica seja exercida, devem estar disponíveis e operantes na sociedade em um grau não irrisório pretensões de validade e saberes interrogáveis, esferas de discussão e garantias institucionais, capacidades pessoais de atuar como participante de um discurso e orientações coletivas à abertura de discursos, assim como oportunidades materiais⁹. Além disso, para que a crítica seja exercida, é necessário que o todo da sociedade não se mostre tão “complexo” (outra palavra para “estranho”, “irracional”) que os indivíduos pareçam já não ter acesso cognitivo a ele, tampouco pontos de apoio para a avaliação dele, muito menos força transformadora sobre ele. Por isso, a

⁹ Horkheimer (2012c, p. 59) dá-se conta de que a própria capacidade subjetiva de (auto)crítica moral é uma construção social historicamente delimitada: “Aparentemente, constitui um fenômeno histórico tardio os homens tentarem, de forma independente, decidir se suas ações são boas ou más. Enquanto um europeu altamente evoluído é capaz de avaliar, à luz da clara consciência e da moral, não só decisões importantes, mas também a maioria das reações instintivas que já se transformaram em hábitos e das quais se compõe, em grande parte, sua vida, as ações humanas parecem tanto mais coercitivas quanto mais remotas são as formações históricas a que pertencem seus sujeitos. A capacidade de submeter reações instintivas à crítica moral e alterá-las com base em escrúpulos individuais só podia cristalizar-se com a crescente diferenciação da sociedade”.

Teoria Crítica, levando a sério o todo da sociedade como seu sujeito/objeto, impõe a si mesma o ônus de resgatar seus critérios contra as posições e as opiniões de que o todo da sociedade seria, em si mesmo, impermeável ou insuscetível à crítica. Em suma: a Teoria Crítica deve processar a pergunta de como é possível, aqui e agora, uma crítica imanente cujos critérios não sejam conservadores da própria sociedade criticada. Essa pergunta, por sua vez, não pode ser respondida sem que a dominação vigente seja exposta em seus detalhes, a fim de que se torne possível esclarecer como ela ainda não é total e ainda pode ser superada. É a própria exposição detalhada da dominação vigente que a leva a desnudar-se como um estado de coisas não natural e não eterno, reproduzido e até apoiado pelos próprios indivíduos dominados.

Sobre (3). O autor de “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” defende que “os interesses do pensar crítico são gerais, mas não geralmente reconhecidos” (Horkheimer, 2003, p. 249). Além disso, para ele, “os seres humanos, em sua reflexão, veem a si mesmos como simples espectadores, participantes passivos de um acontecer violento que talvez se possa prever, mas que é impossível dominar” (Horkheimer, 2003, p. 261). Ademais, ele observa que “ideologia constitui um fator aglutinante não negligenciável para um edifício social que começou a rachar” (Horkheimer, 2003, p. 262). Em uma sociedade que dificulta que os indivíduos reconheçam claramente seus próprios interesses emancipatórios; em uma sociedade que torna os indivíduos dispostos a se autocompreenderem como submetidos a “tragédias” e “destinos” que, entretanto, são fabricados e apoiados por eles mesmos, ou seja, pelas condições gerais de suas próprias formas de vida; em uma sociedade que, para não desmoronar sobre si mesma, forja ideologias, ou seja, distorce os próprios ideais emancipatórios; nessa sociedade, uma Teoria Crítica que apele para a emancipação está estrangida a fundamentar os sentidos da emancipação que distingue e prioriza.

À guisa de conclusão: Ao contrário do que Freyenhagen sugere, não há uma conexão imediata entre a dor, a exigência de que a

dor cesse e a ação de aliviar a dor – se a dor é dor social. A mesma sociedade que engendra e impõe sofrimentos pode também aplacar os protestos e normalizar o sofrer – mediante a concessão de satisfações de ocupação e consumo e a violência estatal, mediante o convencimento de que o *status quo* é necessário e o melhor possível e, em última análise, mediante uma divisão do trabalho que se baseia em (e fomenta) atomização, concorrência e indiferença. Nessa sociedade, a “meta que [a Teoria Crítica] quer alcançar, a saber, uma situação fundada na razão, baseia-se, é certo, na miséria presente; mas essa miséria não oferece, por si mesma, a imagem de sua supressão” (Horkheimer, 2003, p. 248). Em tal sociedade, pois, não sendo transparentes a possibilidade e o dever de suprimir a miséria, sequer como se obteria legitimamente a abolição da miséria, é necessário que a Teoria Crítica fundamente os critérios dos quais parte ao reprovar a miséria e orientar-se à sua erradicação.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

FREYENHAGEN, Fabian. Was ist orthodoxe Kritische Theorie? *Deutsche Zeitschrift für Philosophie*. v. 65, n. 3, 2017, p. 456-469.

HABERMAS, Jürgen. Horkheimer y Adorno: el entrelazamiento de mito e ilustración. In: HABERMAS, Jürgen. *El discurso filosófico de la modernidad: doce lecciones*. Trad. Manuel Jiménez Redondo. Madrid: Taurus, 1993. p. 135-162.

HABERMAS, Jürgen. De Lukács a Adorno: racionalização como reificação. In: HABERMAS, Jürgen. *Teoria do agir comunicativo*. v. 1: Racionalidade

da ação e racionalização social. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: M. Fontes, 2016. p. 583-686.

HORKHEIMER, Max. Postscript. Transl. Matthew J. O'Connell. In: HORKHEIMER, Max. *Critical Theory: selected essays*. Transl. Matthew J. O'Connell et al. New York: Continuum, 2002. p. 244-252.

HORKHEIMER, Max. Teoría Tradicional y Teoría Crítica. In: HORKHEIMER, Max. *Teoría Crítica*. Trad. Edgardo Albizu y Carlos Luis. Buenos Aires: Amorrortu, 2003. p. 223-271.

HORKHEIMER, Max. Observações sobre ciência e crise. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica: uma documentação*. v. 1. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2012a. v. 1, p. 7-12.

HORKHEIMER, Max. Materialismo e metafísica. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica: uma documentação*. v. 1. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2012b. v. 1, p. 31-58.

HORKHEIMER, Max. Materialismo e moral. In: HORKHEIMER, Max. *Teoria Crítica: uma documentação*. v. 1. Trad. Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 2012c. v. 1, p. 59-88.

NOBRE, Marcos. Max Horkheimer: a Teoria Crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, Marcos. (Org.). *Curso livre de Teoria Crítica*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2013. p. 35-52.

PETRY, Franciele Bete. O conceito de razão nos escritos de Max Horkheimer. *Cadernos de Filosofia Alemã*. São Paulo, n. 22, 2013, p. 31-48.

RUSH, Fred. As bases conceituais da primeira Teoria Crítica. In: RUSH, Fred. (Org.). *Teoria crítica*. 2. ed. Trad. Beatriz Katinsky e Regina Andrés Rebollo. Aparecida: Ideias & Letras, 2008. p. 31-66.

VANDENBERGHE, Frédéric. Max Horkheimer: from the pseudo-natural organicity of society to total reification. In: VANDENBERGHE, Frédéric. A

philosophical history of German sociology. Transl. Carolyn Shread. London; New York: Routledge, 2009. p. 161-180.

Artigo recebido em 11/09/2017, aprovado em 8/04/2018